



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL COMPLETA 25 ANOS ENTRE AVANÇOS E QUESTIONAMENTOS

Aprovada há 25 anos como parte de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi criada com o objetivo de colocar as contas públicas do Brasil em ordem. A proposta nasceu em um momento de instabilidade econômica e buscava estabelecer regras claras para o uso do dinheiro público, promovendo mais disciplina e controle nos gastos governamentais.

Entre os principais pontos da LRF estão os limites para os gastos com pessoal, o controle do endividamento público e a exigência de metas fiscais para o equilíbrio entre receitas e despesas. A lei também impede que gestores criem novas despesas permanentes sem apontar de onde virão os recursos ou sem cortar outros gastos existentes.

Uma das inovações da legislação foi a imposição da transparência fiscal. Governos em todas as esferas passaram a ser obrigados a divulgar relatórios de gestão a cada quatro meses, permitindo maior controle social e acompanhamento por parte de órgãos fiscalizadores e da população.

Para garantir o apoio financeiro do FMI, o Brasil também se comprometeu a alcançar superávits primários – ou seja, gastar menos do que arrecada em despesas correntes, garantindo sobra de recursos para o pagamento da dívida pública. Essa foi uma condição essencial para estabilizar a economia e resgatar a confiança dos investidores na época.

Apesar dos avanços, a LRF também enfrenta críticas. Alguns especialistas apontam que a rigidez das regras pode limitar a capacidade de investimento do Estado em momentos de crise, enquanto outros defendem que a lei precisa ser atualizada para refletir os desafios fiscais atuais. Ainda assim, o marco continua sendo uma referência central na gestão das finanças públicas brasileiras.

